

A LEI ALDIR BLANC EM ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

[ARTIGO]

Mariella Pitombo Vieira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Daniele Pereira Canedo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Layno Sampaio Pedra

Universidade Federal da Bahia

Isadora Rodrigues Moreira da Silva

Universidade Federal da Bahia

Ernani Coelho Neto

Universidade Federal da Bahia

Elizabeth Ponte de Freitas

Universidade Federal da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Criada no contexto devastador da pandemia de covid-19 no Brasil, a Lei Aldir Blanc foi uma medida emergencial estabelecida pelo Parlamento brasileiro com o objetivo de mitigar os impactos da pandemia no setor cultural. Fruto de uma mobilização social intensa e contrariando o governo federal, a lei trouxe novos paradigmas para a política cultural nacional, operando de forma federativa, apesar das diversas dificuldades de execução. Essas experiências foram documentadas por um amplo número de pesquisadores, que relataram vários aspectos da lei, desde a sua fase de elaboração e planejamento até experiências vivenciadas, dinâmicas de participação social e resultados da sua implementação. Este artigo apresenta uma análise breve das produções técnicas e acadêmicas que se concentram na fase de implementação e nos resultados da Lei Aldir Blanc.

Palavras-chave: Lei Aldir Blanc. Revisão de literatura. Implementação. Políticas culturais.

Created in the devastating context of the COVID-19 pandemic in Brazil, the Aldir Blanc Law was an emergency measure established by the Brazilian parliament aimed at mitigating the impacts of the pandemic on the cultural sector. Resulting from intense social mobilization and contrary to the federal government, this law brought new paradigms to national cultural policy, operating in a federative manner despite the various execution difficulties. These experiences were documented by a wide number of researchers who reported various aspects of the law, from its drafting and planning phase to lived experiences, dynamics of social participation, and the results of its implementation. This article presents a brief analysis of the technical and academic productions, focusing on the implementation phase and the results of the Aldir Blanc Law.

Keywords: Aldir Blanc Law. Literature review. Implementation. Cultural policies.

Creada en el devastador contexto de la pandemia de Covid-19 en Brasil, la Ley Aldir Blanc fue una medida de emergencia establecida por el parlamento brasileño con el objetivo de mitigar los impactos de la pandemia en el sector cultural. Fruto de una intensa movilización social y en contra de la voluntad del gobierno federal, esta ley introdujo nuevos paradigmas en la política cultural nacional, operando de manera federativa a pesar de las diversas dificultades en su ejecución. Estas experiencias fueron documentadas por un amplio número de investigadores que relataron varios aspectos de la ley, desde su fase de elaboración y planificación hasta experiencias vividas, dinámicas de participación social y los resultados de su implementación. Este artículo presenta un breve análisis de las producciones técnicas y académicas que se centran en la fase de implementación y en los resultados de la Ley Aldir Blanc.

Palabras clave: Ley Aldir Blanc. Revisión de literatura. Implementación. Políticas culturales.

INTRODUÇÃO

Entre todas as medidas adotadas pelo setor público para enfrentar as repercussões da crise provocada pela pandemia de covid-19 nas atividades culturais, a Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), é, indiscutivelmente, a que teve o maior alcance e impacto nas políticas culturais no Brasil até então, considerando-se, sobretudo, o volume de recursos envolvidos e sua abrangência territorial.

Como ficou evidenciado em alguns estudos e pesquisas sobre os impactos da pandemia, a exemplo da pesquisa ***Impactos da COVID-19 na Economia Criativa*** (Canedo *et al.* 2020), o segmento cultural foi um dos mais atingidos, tendo em vista suas especificidades organizativas — segmento fortemente estruturado por eventos presenciais, precariedade dos vínculos trabalhistas, financiamento escasso etc. — e o contexto político desfavorável ao setor no momento em que o país era governado por Jair Bolsonaro.

Em uma mobilização histórica, em meio a um contexto de emergência cultural, a sociedade civil organizou suas lutas na busca de apoio dos poderes Executivo e Legislativo para a mitigação dos efeitos da crise sobre o setor. As reivindicações encontraram repercussão entre representantes do poder Legislativo, sobretudo aqueles vinculados às fileiras da esquerda, com destaque para o protagonismo de algumas deputadas, como Benedita da Silva (PT), Jandira Feghali (PCdoB), Alice Portugal (PCdoB) e Áurea Carolina (PSOL). Em um tempo relativamente curto, o projeto de lei foi

apreciado e aprovado, buscando criar medidas emergenciais para aplacar os impactos no campo cultural. A LAB representou um ineditismo na história das políticas culturais no Brasil. Isso porque alocou recursos públicos no setor cultural na ordem de R\$ 3 bilhões, via Fundo Nacional de Cultura, o maior valor já investido na área por meio de financiamento direto. Além disso, a Lei foi desenhada para ser operacionalizada a partir de uma estrutura federativa, por meio da descentralização de recursos do governo federal para todos os estados, o Distrito Federal e os municípios brasileiros. Nessa forma de gestão descentralizada, a obrigação de cadastros e a forte participação social mostram que a LAB ativou princípios do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em consonância com o pacto federativo brasileiro.

A LAB buscou contemplar uma ampla diversidade de trabalhadores do setor cultural, estruturando-se em três modalidades de apoio principais. A primeira modalidade previa a concessão, por parte dos estados, de renda emergencial mensal de R\$ 600,00 para os trabalhadores da cultura que tivessem desenvolvido atividades culturais nos 24 meses anteriores à publicação da lei, além de outros critérios (Inciso I). A segunda destinou-se à concessão de subsídio mensal para espaços culturais formais e informais, manifestações populares e empresas culturais (Inciso II). Por fim, a terceira modalidade direcionou-se ao fomento de ações culturais e premiações por parte dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Inciso III).

Ainda que tenha apresentado muitos problemas em sua execução, a LAB teve impactos significativos para o setor cultural, que ainda estão por ser medidos

e avaliados por estudos e pesquisas. Um dos seus impactos mais imediatos foi a promulgação, em 2022, de outra lei de caráter emergencial, a Lei Complementar n.º 195/2022, mais conhecida como Lei Paulo Gustavo, e a instituição da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), que, por sua vez, já se perfila como uma das políticas mais audaciosas de estruturação e financiamento do setor cultural no Brasil.

Este artigo apresenta os resultados da primeira etapa da pesquisa **“LAB nos Estados e Municípios: Pesquisa Nacional de Implementação e Resultados da Lei Aldir Blanc”**. A pesquisa concentrou-se na sistematização e na análise de dados das prestações de contas dos entes públicos e das Pesquisas de Informações Básicas Estaduais e Municipais de 2021, do IBGE, além de relatos de experiência de gestores sobre a LAB. Realizada pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC)¹ em parceria com o Ministério da Cultura, a pesquisa teve como objetivo central contribuir para a avaliação dos resultados dessa política de fomento inédita e para o aprimoramento das políticas culturais brasileiras, incluindo a PNAB de Fomento à Cultura.

1 O OBEC é um coletivo interinstitucional e multidisciplinar que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo das artes, da cultura e da economia criativa. Reúne docentes, discentes e técnicos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pessoas convidadas sem vínculo acadêmico. Entre as pesquisas já realizadas, destacam-se: **Impactos da Covid-19 na Economia Criativa** (2020); **Audiovisual Baiano em Rede** (2021); **Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc** (2021-2022); **Capoeira de Salvador: economia criativa e gestão cultural** (2022-2023); e a **Pesquisa Educação Museal Brasil** (2022-2024).

Como parte integrante do desenho metodológico da pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura dos estudos regionais e nacionais já produzidos no Brasil sobre a implementação da LAB, com o intuito de obter um panorama das principais temáticas e metodologias que orientaram as análises das pesquisas publicadas até maio de 2023. Este artigo apresenta os resultados do levantamento e da análise da literatura produzida no Brasil sobre a implementação da Lei Aldir Blanc nos contextos nacional, estadual e municipal. O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta as escolhas metodológicas empregadas na organização e análise do material coletado. Na segunda seção, é apresentado o perfil do **corpus** da análise, incluindo a tipologia dos trabalhos, a abrangência territorial das análises e a filiação institucional dos autores. A terceira parte avalia as tendências observadas a partir dos textos examinados e, por fim, as considerações finais apresentam um balanço sobre os achados da revisão de literatura, ressaltando seus principais aspectos.

REVISÃO DE LITERATURA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como parte integrante do desenho metodológico da referida pesquisa, realizou-se um levantamento, para posterior análise, de estudos regionais e nacionais levados a cabo no Brasil sobre a implementação da LAB, com o intuito de obter um panorama das principais temáticas e metodologias que orientaram as avaliações e os resultados obtidos pelas pesquisas

publicadas até maio de 2023.

No planejamento e na execução de uma pesquisa, a revisão de literatura constitui-se como importante ferramenta, na medida em que é capaz de fornecer o estado da arte acerca de determinado tema, apontando, assim, para questões emergentes, metodologias e conclusões já atingidas. Desse modo, a revisão bibliográfica oferece um primeiro diagnóstico e uma perspectiva histórica sobre o tema, com vistas a orientar os caminhos metodológicos do estudo que se pretende realizar.

Embora a LAB seja uma política recente e, por consequência, um objeto de estudo igualmente novo, proceder à revisão de literatura serviu como um primeiro termômetro para investigar os interesses do trabalho em voga e as metodologias desenvolvidas pelos pesquisadores do campo. Pela relevância e pelo ineditismo da LAB como política pública, não por acaso, um

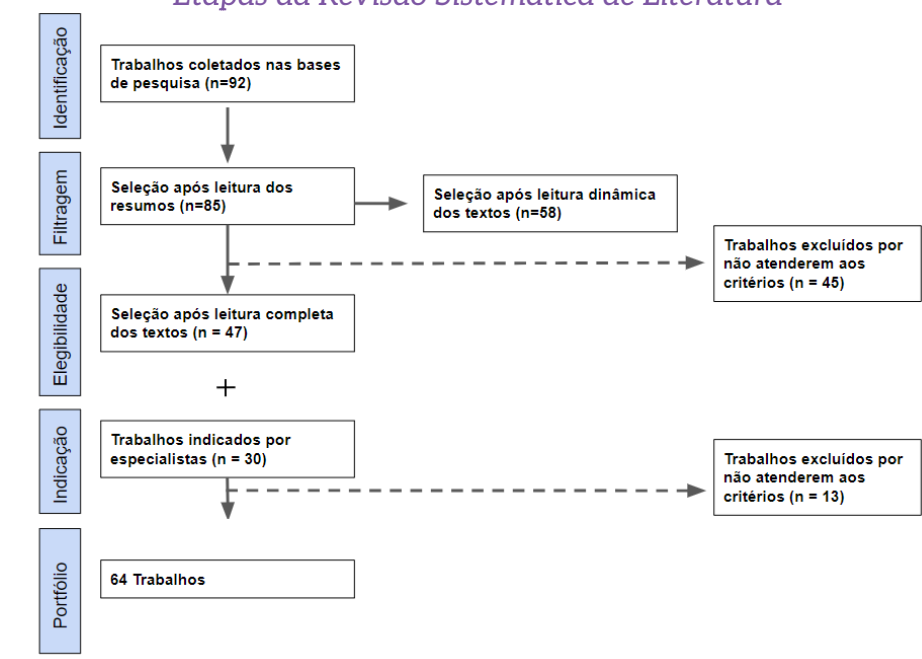
elevado número de estudos foi registrado, vinculados às mais diversas áreas do conhecimento, a respeito das repercussões da lei na produção cultural brasileira.

Diante do exposto, em um primeiro levantamento, que abrangeu um recorte temporal relativamente curto, foram identificados centenas de trabalhos acadêmicos e técnicos sobre a referida lei, o que representa, *per se*, um primeiro achado que revela o acentuado interesse do campo por essa questão.

A revisão de literatura seguiu alguns procedimentos a partir da adaptação da metodologia de revisão sistemática Proknow-C (Ensslin; Ensslin; Pinto, 2013). Desenvolvida entre março e junho de 2023, foi dividida em cinco etapas: a) definição de palavra-chave, bases de pesquisa e critérios de seleção/exclusão; b) coleta de produções técnico-científicas; c) análise e seleção das produções coletadas; d) acolhimento e

[Figura 1]

Etapas da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: elaboração própria/OBEC-BA.

seleção de produções indicadas por especialistas; e) análise e produção de dados a partir do portfólio bibliográfico definitivo.

A expressão “Lei Aldir Blanc” foi definida como palavra-chave para a busca nas bases de pesquisa escolhidas, a saber: Google Acadêmico, periódicos publicados na Scielo e documentos constantes no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, base de dados da Web of Science, Academia.edu e ResearchGate, repositórios institucionais de universidades e institutos federais e anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Também foram estabelecidos os seguintes critérios para a inclusão dos trabalhos no portfólio: (i) a LAB como o principal objeto de análise; (ii) a análise focada na implementação e nos resultados da lei.

Na pesquisa, compreende-se a fase de implementação da LAB como um conjunto de ações para colocar as políticas em prática. Tais ações envolvem atividades como planejamento, coordenação de diferentes órgãos governamentais, interação com a sociedade civil, alocação de recursos, execução de ações e medidas para atingir os objetivos estabelecidos.

A etapa de buscas ocorreu entre 6 de março e 19 de abril de 2023 e consistiu na coleta de trabalhos técnicos e acadêmicos nas bases anteriormente citadas, por meio da palavra-chave “Lei Aldir Blanc”. Ao final dessa etapa, foram identificados 92 trabalhos publicados, entre resumos, artigos, monografias, dissertações e produções técnicas.

A terceira fase deste estudo abrangeu a seleção e análise dos trabalhos e foi

segmentada em três momentos diferentes. O primeiro disse respeito à leitura dos resumos de todos os textos coletados e à exclusão daqueles em que a LAB não era o principal objeto de análise. O segundo decorreu da leitura dinâmica dos textos e da seleção dos trabalhos que abordaram a implementação e os resultados da referida lei. Ainda que tais textos fossem relevantes, aqueles que focaram no processo histórico da elaboração da LAB ou em avaliações genéricas a respeito do desenho geral da lei não foram incluídos. Ademais, nessa etapa, também foram excluídos os trabalhos repetidos. Por fim, no terceiro e último momento, foi realizada a leitura aprofundada dos textos e, em seguida, a revisão do portfólio a partir do refinamento dos critérios utilizados anteriormente e da discussão coletiva.

O termo “Lei Aldir Blanc” foi definido como palavra-chave para a busca nas bases de pesquisa. Foram escolhidas como bases o Google Acadêmico, portais de periódicos da Scielo e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, base de dados da Web of Science, plataformas Academia.edu e ResearchGate, repositórios institucionais das universidades e institutos federais e anais do Enecult, além de recomendações de especialistas e pesquisadores.

A quarta etapa aconteceu a partir da realização de quatro “Encontros com Especialistas”² entre os dias 12 e 15 de junho de 2023. Nos encontros, pesquisadores/as do campo das políticas culturais, gestores/as e servidores/as do Ministério da

2 O “Encontro com Especialistas” é uma metodologia de escuta executada nas pesquisas do OBEC, que prevê espaço para discussão e troca de ideias com pesquisadores/as e gestores/as da cultura.

Cultura indicaram 30 novas publicações. Após filtragem, utilizando os mesmos critérios, chegou-se a 17 produções que foram adicionadas ao portfólio. Somando-se os trabalhos selecionados na revisão sistemática e nos encontros com especialistas, o portfólio bibliográfico final é composto por 64 trabalhos publicados entre 2020 e maio de 2023.

A última etapa consistiu na análise e produção de dados a partir do portfólio bibliográfico definitivo. Nessa etapa, buscou-se classificar os trabalhos a partir do tipo de produção, abrangência territorial da análise, filiação institucional dos/as autores/as, além de identificar as tendências mais relevantes e os aspectos positivos e negativos apontados pelos trabalhos.

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ASPECTOS QUANTITATIVOS DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

O perfil da produção bibliográfica

O portfólio bibliográfico final que embasa a análise da revisão de literatura é formado por 64 trabalhos. A maioria desses trabalhos é de artigos científicos publicados, seja em livros, boletins, revistas ou anais de eventos. Desse conjunto de textos, identificam-se 43 artigos científicos, nove produções técnicas, seis monografias de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado.

O número elevado de artigos, em comparação com os outros tipos de produção

acadêmica, pode estar relacionado ao pequeno intervalo de cerca de três anos entre a elaboração e implementação da LAB e a realização desta revisão sistemática. Por outro lado, a quantidade expressiva de artigos também indica alto grau de engajamento de pesquisadores/as da área de política e gestão cultural no processo de implementação da Lei.

Abrangência territorial das análises

No que se refere ao recorte territorial das análises, os trabalhos foram classificados em quatro categorias: nacional, estadual/distrital, territorial (conjunto de municípios) e municipal (apenas um município). Os dados demonstram que o recorte da maioria das pesquisas está na análise da implementação e dos resultados da LAB em nível estadual/distrital. No entanto, pode-se considerar um certo equilíbrio quanto ao recorte territorial das análises.

[Gráfico 1]

Abrangência Territorial das Análises

Abrangência territorial dos trabalhos sobre a LAB



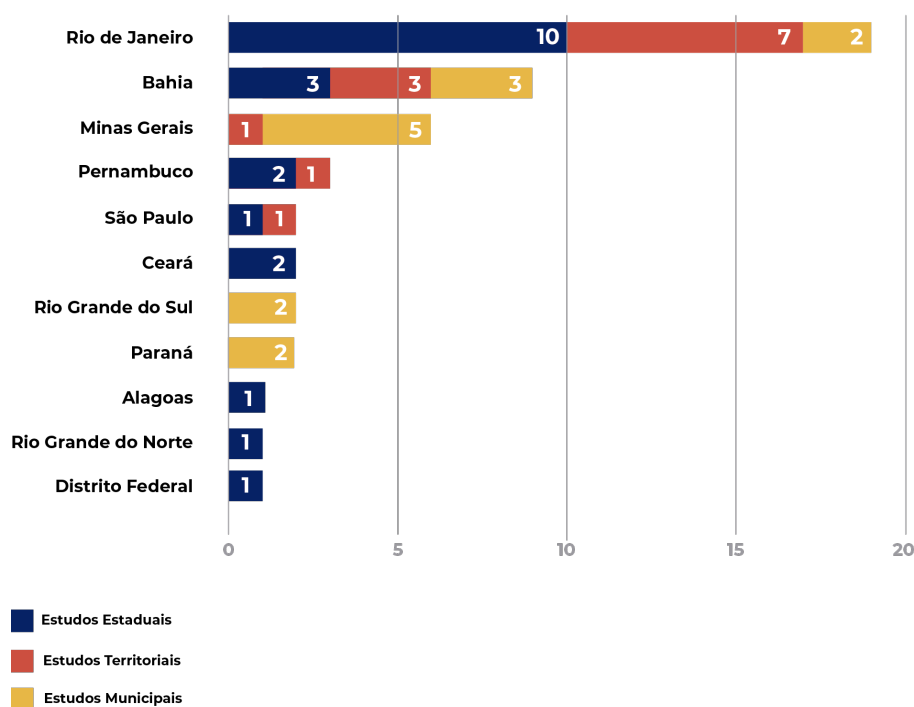
Fonte: elaboração própria/OBEC-BA

Em âmbito estadual, ressaltam-se as produções de duas regiões do país: Sudeste, com foco nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo; e Nordeste, com trabalhos sobre Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Em âmbito municipal, foram identificados 14 trabalhos que

analisam a implementação da LAB em municípios dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Ganha destaque o estado e os

municípios do Rio de Janeiro, com 19 publicações, grande parte delas ligada à Rede Apoena, sediada na Universidade Federal Fluminense. Os trabalhos focados

Gráfico 2: Distribuição dos estudos estaduais, territoriais e municipais



Fonte: elaboração própria/OBEC-BA

em municípios do interior, fora dos grandes centros urbanos, representam 57,1% do total, evidência da capacidade de descentralização da LAB.

Filiação institucional dos autores

Os trabalhos que compõem o portfólio têm autoria de 97 pesquisadores/as ou grupos de pesquisa, vinculados a instituições de ensino superior, observatórios e órgãos governamentais³. Entre aqueles/

as vinculados/as às instituições de ensino, a maioria atua em universidades federais e estaduais. Vale destacar que os observatórios de pesquisa muitas vezes estão vinculados a essas instituições.

Os/as autores/as estão vinculados/as a instituições de quatro regiões brasileiras: Sudeste (47,4%), Nordeste (39,2%), Centro-Oeste (7,2%) e Sul (6,2%). Destaca-se que não foram encontradas pesquisas oriundas da região Norte. Os estados mais representados

³ Autores/as e coautores/as de mais de um trabalho foram contabilizados apenas uma vez. Cinco produções técnicas foram realizadas por grandes coletivos de pesquisadores: dois Boletins OBEC, dois Boletins

APOENA e uma publicação do Ministério do Turismo. Para esta contagem, essas publicações foram consideradas de autoria única e também contabilizadas apenas uma vez.

são Bahia, com 24 (24,7%) autores/as ou grupos de pesquisa; Rio de Janeiro, com 23 (23,7%); e Minas Gerais, com 19 (19,5%)⁴.

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: TENDÊNCIAS TEMÁTICAS EMERGENTES

Os trabalhos selecionados apresentaram, em sua maioria, abordagens qualitativas, cujas técnicas de pesquisa incluem análise documental, relatos de experiências e entrevistas. Os trabalhos que utilizam abordagem quantitativa foram minoritários. Os enfoques identificados foram organizados em três tendências temáticas: 1) Resultados da LAB: relatos de experiências locais sobre a implementação; 2) A LAB, a produção cultural e os/as trabalhadores/as da cultura; 3) A LAB, o SNC e a participação social.

Cabe ressaltar que essa classificação não encerra as questões abordadas pelos estudos em uma única temática; por vezes, elas se entrelaçam. Nesse sentido, o esforço de classificação é uma estratégia metodológica que serve mais para apontar tendências de temas prevalentes nos estudos do que para limitá-las a uma grade classificatória.

⁴ A filiação a essas instituições não significa, necessariamente, que a análise realizada nos trabalhos tenha sido sobre os territórios onde estão localizadas.

RESULTADOS DA LAB: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS LOCAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO

A maioria dos artigos (40) concentra-se na análise de relatos de experiência da implementação da lei pelos entes federados, sobretudo em âmbito municipal. Os trabalhos enfocaram diferentes aspectos. A estrutura institucional da gestão cultural dos municípios e as adaptações realizadas nas normativas e nos sistemas locais de cultura para viabilizar a execução da lei foram analisadas por Silva (2021) e por Lima (2023). Os processos de articulação realizados entre os agentes culturais da sociedade civil e o poder público e suas consequências para as dinâmicas dos sistemas municipais de cultura foram objeto de análise de Silveira *et al.* (2022), Brizuela (2020), Dias (2021), Almeida (2022), Semensato (2023b) e Oliveira, Portela e Melo (2021). A análise qualitativa dos instrumentos de seleção (editais, premiações, aquisição de obras etc.) utilizados e os modelos de gestão adotados pelos entes para a implementação da lei foram temas de interesse dos trabalhos de Alencar (2023), Beser (2023), Campos (2023), Campos, Santos e Peria (2021), Cunha (2021), Leite (2023), Lemos (2023), Nogueira, Brizuela e Rojas (2021), Oliveira, Santos e Almeida (2021), Rodrigues (2023), Romeira (2023) e Santos (2023).

Inclui-se também, neste conjunto, o registro de alguns estudos de abrangência nacional que se dedicaram à análise do desenho da lei, buscando investigar aspectos mais gerais sobre a operacionalização e seus impactos na implementação pelos entes federados. Os estudos analisam temas como: a) as regras de aplicação dos recursos,

o percentual de distribuição de recursos e a adesão dos entes em nível nacional (Souza Neto; Duarte, 2022; Barbosa *et al*, 2021; Silva; Ziviani, 2021; Junior, 2021); e b) modelos de gestão, instrumentos e processos decisórios (Coelho Neto *et al*, 2022; Paiva Neto *et al*, 2022a; 2022b; Farias, 2021; Silva, 2021).

Em relação à avaliação dos resultados de execução da lei, as metodologias de análise mesclam métodos quali-quantitativos, com pouca incidência de levantamento de dados primários e análises estatísticas aprofundadas. Destaque cabe aos estudos realizados pela Rede Apoená e pelo OBEC. Parte da produção bibliográfica da Rede Apoená lança mão de metodologias quantitativas, gerando indicadores sobre a adesão estadual, territorial e municipal no Rio de Janeiro, distribuição regional dos recursos, aprovação dos planos de ação e execução orçamentária (Rodrigues *et al*, 2022a; Rodrigues *et al*, 2022b; Rodrigues; Correia, 2023; Rodrigues; Semensato; Dutt-Ross, 2023; Semensato, 2023a). Os estudos do OBEC, de abrangência nacional, buscam identificar a percepção dos agentes culturais sobre a execução e os impactos da lei, compreender o contexto e as características das decisões tomadas pelas administrações municipais e estaduais, e apontar as principais tendências identificadas nos instrumentos de seleção (Paiva Neto *et al*, 2022a; 2022b).

A maioria dos textos que abordam os resultados provenientes da implementação da lei focou a análise no percentual de execução (e não execução) orçamentária dos municípios. Registram-se também estudos sobre a distribuição de recursos a partir de diferentes variáveis: incisos da lei

(I, II, III), linguagens e segmentos culturais; modalidades de fomento; ações afirmativas (cor/raça e gênero) (Coelho; Silveira, 2022; Guerreiro; Borja; Filho, 2022; Kwecko; Caldas, 2022; Lima, 2021; Montesso Júnior; Barbosa Neto, 2022; Oliveira, 2021; Santos, 2021).

A LAB, a produção cultural e os/as trabalhadores/as da cultura

Com base em variados objetos de análise, 15 estudos concentram-se nos efeitos da LAB para a retomada da produção cultural das linguagens artísticas, tais como audiovisual, dança, música, e de temáticas relativas a comunidades quilombolas, indígenas e afrodescendentes. Destacam-se discussões sobre a reativação da cadeia produtiva local, a valorização de questões identitárias, a geração de renda/ocupação temporária para profissionais da cultura e o acesso a novas experiências de consumo cultural (Athayde; Silva; Costa, 2021; Carvalho, 2021; Gomes; Monteiro, 2022; Lima *et al.*, 2022; MINTUR, 2021; Silva; Barroso; Custódio, 2021; Souza; Araújo, 2021; Souza, 2021; Stella, 2021; Teixeira *et al.*, 2021). Para além da dinamização da produção, alguns autores observam efeitos mais amplos e indiretos que a lei proporcionou, tais como protagonismo e emancipação social de “segmentos sociais historicamente afetados pela colonialidade: indígenas, negros e a comunidade LGBTQIA+” (Junior, 2021, p. 8).

Por outro lado, foram verificados estudos que revelam a precariedade do trabalho no campo cultural, materializada através das desigualdades regionais, de gênero, raça e classe (Barbosa, 2022; Figueiredo, 2022). Ademais, os textos também evidenciam os valores irrisórios destinados às/

os trabalhadores/as de grupos da cultura popular, geralmente numerosos na sua composição, além das dificuldades de acesso aos cadastros culturais e da demora no pagamento, ocasionando insegurança social para os/as trabalhadores/as. Os estudos registraram, ainda, a tendência de devolução de um volume significativo de recursos do inciso destinado à renda emergencial, tendo em vista as limitações legais para aplicação desse inciso, e a concentração desses recursos em capitais ou em algumas cidades, condição que favoreceu as desigualdades regionais (Guerreiro; Borja; Filho, 2021).

A LAB, a reativação do SNC e o estímulo à participação social

Dos 64 textos que compõem o portfólio bibliográfico, nove abordaram mais diretamente a relação entre a LAB e o SNC. Os achados sugerem que a implantação de uma política federativa, conforme prevista nos mecanismos legais da referida lei, proporcionou a reanimação do SNC, sistema que, por sua vez, estava paralisado em razão das adversidades políticas vivenciadas pelo país na última década.

Por um lado, foi possível observar que a LAB foi capaz de ativar temporariamente os Sistemas Municipais de Cultura já existentes, bem como gerar novas adesões ao SNC (Nogueira; Pereira; Santos, 2022; Semensato; Barbalho, 2021). Por outro, os trabalhos analisados também constataram que, nos municípios que não aderiram ou que encontraram obstáculos para a adesão à LAB, foram identificadas lacunas institucionais no campo da gestão pública cultural, como a ausência de um órgão gestor da cultura, a inexperiência dos gestores

municipais e a não implantação do Sistema Municipal de Cultura (Pardo; Semensato; Dutt-Ross, 2022; Santos; Canedo; Pedra, 2022)

Outro aspecto salientado pelas publicações refere-se ao estímulo à participação social decorrente do processo de rearticulação do SNC. A participação social serviu tanto como impulso para a elaboração da própria lei quanto como vetor de ampliação do diálogo com o poder público, a fim de garantir a efetiva implementação pelos entes federados. Nesse sentido, as pesquisas apresentam relatos de experiência em torno da intensa mobilização social que se organizou, seja por meio da realização de inúmeros fóruns e movimentos sociais autônomos, seja por meio das instâncias de participação institucionalizadas, como os conselhos de cultura (Hardman; Santini, 2021; Lima; Semensato, 2022; Melo, 2020; Silva, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura indicou um número expressivo de produções técnico-científicas sobre a LAB em um curto período, considerando que a lei foi promulgada em julho de 2020. Em pouco mais de dois anos, centenas de análises sobre os mais distintos aspectos da lei já foram elaboradas, evidenciando o acentuado interesse dos/as pesquisadores/as sobre o tema.

Todavia, tal disposição está longe de ser mero fruto do acaso. É de amplo conhecimento que a LAB surgiu em um contexto

histórico singular, responsável por fazer convergir, no Brasil, uma das mais graves crises sanitárias já vivenciadas em território nacional e que, somada à vigência de um governo de viés autoritário, ocasionou duras consequências para a área da cultura. Nesse sentido, a LAB proporcionou uma reanimação do campo cultural, seja pelo volume inédito de recursos envolvidos, seja pela sua arquitetura legal, que favorece a implantação de uma política cultural federativa.

Com um recorte sobre a implementação e os resultados da lei, a revisão de literatura demonstrou que a maior parte da produção (73,4%) é composta de artigos científicos publicados em periódicos, capítulos de livros e anais de eventos acadêmicos. As teses e dissertações ainda são minoritárias, fato compreensível em virtude do horizonte temporal que compreende a criação da LAB (2020) e o período dedicado à produção desses trabalhos (geralmente de dois a quatro anos).

Outro dado importante refere-se à abrangência territorial da análise, ou seja, ao local de aplicação da lei. A esse respeito, uma parte expressiva dos textos (42,2%) concentra a análise em nível municipal ou territorial (mais de um município da mesma região), e tal evidência também foi verificada na análise qualitativa das tendências temáticas dos estudos. A maioria dos trabalhos dedica-se ao relato de experiências municipais sobre a implementação da LAB e seus resultados, destacando fatores como as capacidades de gestão dos municípios, os processos de articulação com a sociedade civil e os impactos da lei para os trabalhadores e a produção cultural local. Por sua vez, os textos com perfil quantitativo

— em menor quantidade — concentram-se na análise de indicadores, a exemplo do percentual de distribuição e execução de recursos, considerando variáveis como abrangência territorial (estados, regiões e municípios), inciso da lei, modalidades de fomento, linguagens e segmentos culturais, raça e gênero.

A revisão de literatura indicou um número expressivo de produções técnico-científicas sobre a LAB em um curto período, considerando que a lei foi promulgada em julho de 2020. Em pouco mais de dois anos, centenas de análises sobre os mais distintos aspectos da lei já foram elaboradas, evidenciando o acentuado interesse dos pesquisadores sobre o tema. Esse interesse não se dá por acaso. Como se sabe, a LAB surge em um contexto histórico singular, que fez convergir no Brasil uma das mais graves crises sanitárias com um governo de viés autoritário, trazendo duras consequências para o campo da cultura. Nesse sentido, a LAB viabilizou uma reanimação do campo cultural, seja pelo volume inédito de recursos envolvidos, seja pela sua arquitetura legal, que favorece a implantação de uma política cultural federativa.

Com um recorte sobre a implementação e os resultados da lei, a revisão de literatura demonstrou que a maior parte da produção (73,4%) é composta de artigos científicos publicados em periódicos, capítulos de livros e anais de eventos acadêmicos. As teses e dissertações ainda são minoritárias, fato compreensível tendo em vista o horizonte temporal que compreende a criação da lei, em 2020, e o tempo dedicado à produção desses trabalhos, geralmente de dois a quatro anos. Outro dado importante refere-se à abrangência territorial

da análise, ou seja, ao local de aplicação da lei. Parte expressiva dos textos (42,2%) concentrou a análise em nível municipal ou territorial (mais de um município da mesma região). Tal indicador revela a capilarização da LAB, que possibilitou o acesso e a distribuição de recursos para a cultura por meio de chamadas públicas em municípios que ainda não haviam passado por essa experiência.

A evidência se replica também na análise qualitativa das tendências temáticas dos estudos. A maior parte dos textos dedica-se ao relato de experiências municipais sobre a implementação da lei e seus resultados, destacando aspectos diversos, como as capacidades de gestão dos municípios, os processos de articulação com a sociedade civil e os impactos da lei para os trabalhadores e para a produção cultural local. Por sua vez, os textos com perfil quantitativo – minoritários – concentram-se na análise de indicadores, tais como o percentual de distribuição e execução de recursos a partir de distintas variáveis: abrangência territorial (estados, regiões e municípios), inciso da lei, modalidades de fomento, linguagens e segmentos culturais, raça e gênero.

Os textos apresentam certa confluência em relação à avaliação dos aspectos positivos da LAB: a tendência de reativação do SNC e o estímulo à participação social a partir da articulação federativa entre os entes; a garantia da sobrevivência de agentes culturais em situação de precariedade material e a manutenção de atividades de espaços culturais; a descentralização dos recursos, alcançando municípios que jamais haviam recebido recursos para a cultura, ampliando o número de destinatários das políticas culturais. Por fim, a LAB foi

considerada também como um importante instrumento para a efetivação do direito fundamental à cultura.

Os estudos também convergem sobre a avaliação dos aspectos negativos, apontando as seguintes fragilidades: a existência de lacunas no desenho geral da lei, condição que originou a criação de um aparato infralegal complementar (decretos e leis complementares) em curto espaço de tempo; dificuldade na operacionalização do sistema federativo; omissão do governo federal no papel de coordenação; fragilidades das gestões municipais para operar uma política federativa; dificuldade dos agentes culturais, sobretudo de pequenos municípios, em acessar os mecanismos de fomento. As análises até aqui realizadas a respeito da implementação da LAB serviram como importantes ferramentas para o desenho metodológico da pesquisa que originou este artigo, uma vez que revelam tendências analíticas substantivas consideradas pelo OBEC no desafio de avaliar a implementação da referida lei em nível nacional.

[**MARIELLA PITOMBO VIEIRA**]

Doutora em Ciências Sociais (UFBA),
professora adjunta do Centro de Cultura,
Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB
e do Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais (CHAL/UFBR), pesquisadora do OBEC.
E-mail: mariellapitombo@ufrb.edu.br

[**DANIELE PEREIRA CANEDO**]

Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA) e Ph.D. in
Media and Communication Studies (VUB). Gestora
cultural, capoeirista, pesquisadora e coordenadora do
OBEC. Professora do Centro de Cultura, Linguagens
e Tecnologias Aplicadas da UFRB e do Núcleo de Pós-
Graduação em Administração da UFBA.
E-mail: danielcanedo@ufrb.edu.br

[**LAYNO SAMPAIO PEDRA**]

Doutorando e mestre em Cultura e Sociedade (UFBA),
produtor cultural do CECULT/UFBR e pesquisador
do OBEC.
E-mail: layno.cultura@gmail.com

[**ISADORA RODRIGUES MOREIRA DA
SILVA**]

Mestra em Cultura e Sociedade (UFBA), consultora
independente e pesquisadora do OBEC-BA.
E-mail: isadorasilva@ufba.br

[**ERNANI COELHO NETO**]

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas
(UFBA), professor da Escola de Administração da
UFBA e pesquisador do OBEC.
E-mail: ernanicn@gmail.com

[**ELIZABETH PONTE DE FREITAS**]

Gestora cultural e pesquisadora do OBEC. Autora
do projeto “Qualidade para a Cultura” (*Quality
for Culture*). Conselheira de Administração da
Associação Brasileira de Organizações Sociais da
Cultura (ABRAOSC).
E-mail: pontebeth@gmail.com

Referências

ALENCAR, Eri. Aldir Blanc e a sobrevivência cultural: o impacto da lei de emergência cultural em municípios fluminenses. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais: o Rio de Janeiro a partir da pandemia**. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ALMEIDA, José Renato Fonseca de. Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo. **Revista Sala Preta**, v. 21, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/198406/187522>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ATHAYDE, Carla; SILVA, Ofir Souza; COSTA, Taís Lima. Reflexos da Lei Aldir Blanc nas comunidades remanescentes quilombolas do Vale do Iguape, Cachoeira, Bahia. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BARBOSA, Frederico; ATHIAS, Leonardo; MARTINS, Felipe dos Santos; GÓES, Geraldo. Na corda bamba: políticas culturais na pandemia. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; LINS, Mateus Rodrigues; AGUIAR, Marcus Pinto. (orgs.). **Direitos culturais: múltiplas perspectivas: (vol. v): impactos da pandemia**. Fortaleza: Editora da UECE, 2021. Disponível em: https://www.unifor.br/documents/20143/0/Livro_DireitosCulturais_ok.pdf/cb8be491-26ac-9696-c068-3ff58631bdb6?t=1624394950631. Acesso em: 16 jun. 2023.

BARBOSA, Katarina da Silva. **As expressões do impacto da Covid-19 no setor da cultura e a Lei Aldir Blanc para a classe trabalhadora artística em Pernambuco**. 2022. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/48170/1/TCC%20Katarina%20da%20Silva%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BESER, Manuela. As diferentes construções da Lei Aldir Blanc na região Centro-Sul Fluminense. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais: o Rio de Janeiro a partir da pandemia**. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

BRIZUELA, Juan Ignacio. Lives, cestas básicas e os desafios da Lei Aldir Blanc nos municípios do Litoral Norte e Agreste Baiano. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo

Horizonte, v. 89, n. 3, 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

CAMPOS, Izabella Ladislau. Lei Aldir Blanc - Análise dos editais do estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais: o Rio de Janeiro a partir da pandemia**. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CAMPOS, Luiz Gustavo Santana; SANTOS, Flávia Caldeira dos; PERIA, Pedro Vianna Godinho. Um olhar sobre a emergência aos espaços culturais no interior paulista: diferentes implementações da Lei Aldir Blanc. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/revista/index.php/odc/issue/view/9>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CANEDO, Daniele *et al.* A primeira a parar e a última a voltar? Pesquisando os impactos da COVID-19 na economia criativa: um relato de experiência. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 89, p. 24-32, 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

CARVALHO, Verônica Akemi Shimoida de. **Espaços culturais independentes de Curitiba: políticas públicas na concretização dos direitos culturais e do direito à cidade**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/73120>. Acesso em: 17 mar. 2023.

COELHO NETO, Ernani *et al.* A LAB como choque institucional: breves reflexões a partir da Pesquisa Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 98, n. 3, 2022. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/revista/index.php/odc/article/view/110>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COELHO, Amanda Haubert Ferreira; SILVEIRA, Isabela Fernanda Azevedo. Editais de emergência cultural na Bahia: gestores públicos e manutenção do existente. **Extraprensa**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 802-815, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/194016/182598>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CUNHA, Lara Rúbia. **Estratégia de avaliação da implementação da Lei Aldir Blanc como política pública emergencial de cultura no município de Volta Redonda**. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/773672?mode=simple>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DIAS, Antonia Lucia Barbosa de Jesus. O diário da luta pelo direito da Lei Aldir Blanc em Monte Santo-BA. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/revista/index.php/odc/article/view/264>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; PINTO, Hugo de Moraes. Processo de investigação e análise bibliométrica: avaliação da qualidade dos serviços bancários. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 325-349, 2013. DOI: 10.1590/S1415-65552013000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/W3zfSfLkty8W9H3kt8zJTyw>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FARIAS, Guilherme Carneiro Leão. Os fundos de cultura subnacionais como instrumentos preferenciais de execução descentralizada da Lei Aldir Blanc. In: RACHED, Gabriel; FARIAS, Eduardo Helfer de (orgs.). **Diálogos institucionais e políticas de enfrentamento da crise**: políticas nacionais e internacionais de enfrentamento da crise em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/51163376/Os_fundos_de_cultura_subnacionais_como_instrumentos_preferenciais_de_execu%C3%A7%C3%A3o_descentralizada_da_Lei_Aldir_Blanc. Acesso em: 13 mar. 2023.

FIGUEIREDO, Giovana de. **Etnografia de uma tempestade perfeita**: artistas de teatro sob a mercadificação neoliberal, o bolsonarismo e a pandemia. da efetividade dos editais de auxílio emergencial às percepções sobre a área e sobre si mesmos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/254419/001161768.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GOMES, Leticia Vilarinho; MONTEIRO, Raíssa Vieira. Lei Aldir Blanc e espaços de dança beneficiados pelo edital de subsídio mensal da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139344.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GUERREIRO, João; BORJA, Bruno; FILHO, Utanaan Reis Barbosa. Dois anos de pandemia na cultura da Baixada Fluminense (RJ): Lei Aldir Blanc nos municípios da Região em 2020 E 2021. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139372.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GUERREIRO, João; BORJA, Bruno; FILHO, Utanaan Reis Barbosa. Renda emergencial da cultura na Baixada Fluminense: do impacto da pandemia à Lei Aldir Blanc. In: ENCONTRO

DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 17. 2021, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132412.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HARDMAN, Luisa; SANTINI, Alexandre. O percurso da Lei Aldir Blanc: da Emergência Cultural ao Emergir de uma nova cultura política. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

JUNIOR, Francisco Canindé da Silva. **A comunicação como ferramenta de emancipação:** uma análise decolonial de projetos culturais financiados pela Lei Aldir Blanc. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Audiovisual) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/46062/4/ComunicacaoFerramentadeEmancipacao_Silva_2022.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

KWECKO, Viviani Rios; CALDAS, Felipe Bernardes. (orgs). **Cartografia do setor cultural do município do Rio Grande:** Lei Aldir Blanc 2020/21. Rio Grande: FURG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/10537/Cartografia%20do%20Setor%20Cultural%20...%20%28PIER%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LEITE, Juliana Almeida. Uma breve análise dos editais da Lei Aldir Blanc em 13 municípios do estado do RJ. **In:** RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais:** o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

LEMONS, Ester Miranda. Perspectivas e aprofundamentos da LAB para o setor cultural. **In:** RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais:** o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

LIMA, Carmen *et al.* Lei Aldir Blanc e o audiovisual na Bahia. Observatório do Audiovisual Baiano. **Observatório do Audiovisual Baiano:** boletim temático, Salvador, n. 8, jan. 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rw-7zltynqkijnd4xmlzbeilhe0dj8fk/view>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LIMA, Deborah Rebello. A inconveniência da cultura: a experiência fluminense na implementação da LAB, apesar dos esforços contrários da gestão Bolsonaro. **In:** RODRIGUES, Luiz Augusto F.; LIMA, Deborah Rebello; CALABRE, Lia (orgs). **Emergências e imersões de políticas culturais:** panorama a partir da LAB. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em:

<https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m8-emergencias-e-imersoes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

LIMA, Deborah Rebello; SEMENSATO, Clarissa. A Lei Aldir Blanc e seus efeitos indutores da participação social no campo da cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139092.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LIMA, Karla Patrícia de. **Lei Aldir Blanc à luz do artigo 215 da Constituição Federal de 1988**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9251/3/Lei%20Aldir%20Blanc%20%C3%A0%20luz%20do%20artigo%20215%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de%201988.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MELO, Renata Nunes Pereira. Desafios da cultura frente à pandemia de Covid-19: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e o papel da participação social em sua mobilização, sanção e implementação. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 89, n. 3, 2020. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Boletim-V89-N-89-Agosto_2020.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MINTUR). A Lei Aldir Blanc e o atual cenário dos trabalhadores do setor cultural. **Dados & Informações do Turismo no Brasil**, Brasília, ano 1, 2ª edição, junho de 2021. Disponível em: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/revista.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MONTESSO JÚNIOR, José Agnaldo; BARBOSA NETO, João Estevão. Aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no município de Varginha-MG. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais [...]** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139083.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NOGUEIRA, Tainara Figueirêdo; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROJAS, Erick Samuel. A Lei Aldir Blanc no Território de Identidade Bacia do Rio Grande, Bahia, Brasil. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

NOGUEIRA, Tainara Figueirêdo; PEREIRA, Maria São Pedro Santana; SANTOS, Luiz Claudio. A Lei Aldir Blanc nos Territórios de Identidade da Bacia do Rio Grande e do Recôncavo, Bahia, Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais [...]** Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível

em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139168.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

OLIVEIRA, Arminda Aparecida de; PORTELA, Gabriel; MELO, Janaína Mércia Alves. Gestão, diversidade e economia da cultura: um olhar sobre a Lei Aldir Blanc em Belo Horizonte. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

OLIVEIRA, Caio Tavares. **A efetivação do direito fundamental à cultura no processo de execução da Lei Aldir Blanc no Distrito Federal**. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29500/1/2021_CaioTavaresOliveira_tcc%20%281%29.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Santana; SANTOS, Flávia Caldeira dos; ALMEIDA, Pedro Vianna Godinho. Um olhar sobre a gestão das partes interessadas por meio do programa de implementação da Lei Aldir Blanc em Belo Horizonte. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PAIVA NETO, Carlos B. *et al.* **Pesquisa panorama Nacional da Lei Aldir Blanc**. Boletim de resultados preliminares n. 1. Salvador, jul. 2022a. Disponível em: https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/OBEC_boletim-1_r03.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

PAIVA NETO, Carlos B. *et al.* **Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc**. Boletim de resultados preliminares n. 2. Salvador, out. 2022b. Disponível em: https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/OBEC_boletim-2_R03.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

PARDO, Ana Lúcia Ribeiro; SEMENSATO, Clarissa Alexandra G.; DUTT-ROSS, Steven. A Lei Aldir Blanc nos municípios: reflexões sobre a capacidade das gestões públicas de cultura na reivindicação de transferências da União. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; BARBALHO, Alexandre. (orgs). **Política e emergências culturais**: análises sobre a Lei Aldir Blanc. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2022. Disponível em: <https://labacuff.files.wordpress.com/2022/09/livro-apoena.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES Luiz Augusto F.; CORREIA, Marcelo S. Planos de ação dos municípios fluminenses para a LAB: algumas quantificações. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais**: o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Capacidade de gestão da LAB - Lei Aldir Blanc. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; LIMA, Deborah Rebello; CALABRE, Lia (orgs). **Emergências e imersões de políticas culturais**: panorama a partir da LAB. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m8-emergencias-e-imersoes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. *et al.* Texto Expresso. **Boletim APOEMA**, v. 1, n. 3, 2022a. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2022/02/boletim-expresso-03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. *et al.* Texto Expresso. **Boletim APOEMA**, v. 1, n. 4, dez/2022b. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2022/12/boletim-expresso-04.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. Catálogo Lei Aldir Blanc nos municípios fluminenses. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais**: o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ROMEIRA, Giullia. Os fazeres tradicionais e regionais: uma análise Lei Aldir Blanc na Costa Verde. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. **Métricas culturais municipais**: o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SANTOS, Janduir João dos. Gestão e operacionalização da Lei Aldir Blanc em Pernambuco: destinado ao setor cultural em decorrência da pandemia da Covid-19. **Contemporânea** - Revista de Ética e Filosofia Política, v. 1, n. 2, 2021. ISSN 2447-0961. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/25/19>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, Luiz Cláudio dos; CANEDO, Daniele Pereira; PEDRA, Layno Pereira. Desafios da Lei Aldir Blanc para municípios de pequeno e médio porte no Brasil profundo: uma análise a partir das experiências de municípios baianos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais** [...] Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139203.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, Renato Costa dos. A LAB na região Noroeste Fluminense: desafios, impactos, seus editais e possibilidades. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais**: o Rio de Janeiro a partir da pandemia.

Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SEMENSATO, Clarissa Alexandra Guajardo; BARBALHO, Alexandre Almeida. Política Cultural em tempos de crise: Lei Aldir Blanc e o sistema nacional de cultura. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 35, p. 17-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/4466/6610>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SEMENSATO, Clarissa. Impactos da Lei Aldir Blanc nas administrações públicas municipais na área da cultura. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F; LIMA, Deborah Rebello; CALABRE, Lia. (orgs). **Emergências e imersões de políticas culturais**: panorama a partir da LAB. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023b. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m8-emergencias-e-imersoes.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SEMENSATO, Clarissa. Sínteses e indexações de dados. In: RODRIGUES, Luiz Augusto F; SEMENSATO, Clarissa; DUTT-ROSS, Steven. (orgs.). **Métricas culturais municipais**: o Rio de Janeiro a partir da pandemia. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2023a. Disponível em: <https://apoenaredecultural.files.wordpress.com/2023/04/m9-metricas-culturais-municipais.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SILVA, Fernanda Linhares; BARROSO, Roberta Filizola Custódio; CUSTÓDIO, Jefferson Lopes. Lei Aldir Blanc e o estímulo à animação cearense na pandemia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 10, p.95476-95489, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/37008/pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 1. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10796>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SILVA, Isadora Rodrigues Moreira da. Participação social na construção de políticas municipais na aplicação da Lei Aldir Blanc em Curitiba. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 17. 2021b, Salvador. **Anais [...]**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132438.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SILVA, Jonatas Isaac Apolônio da; FRANÇA, Bruno Pereira; OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio. O Fundo Estadual de Cultura do Estado do Ceará depois da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020). **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVEIRA, Luciana Braga *et al.* A Operacionalização da Lei Aldir Blanc por meio do Comitê Intermunicipal de Emergência Cultural de Lavras e região. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v. 27, n. 2, p. 36-49, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressa/article/view/2227/1774>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUZA NETO, Manoel J. de; DUARTE, Rodrigo Juste. A Crise da Cultura: Lei Aldir Blanc, análise entre discursos e práticas, excesso de burocracia e exclusões dos periféricos com relação aos centrais do campo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT. 18. 2022, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139431.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOUZA, André Luis Santos de; ARAUJO, André Luiz Ribeiro de. Lei Aldir Blanc, política cultural imaterial e folia de reis em Santa Helena de Minas (MG). **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 39, p. 191-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/39557/31823>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SOUZA, Laeiguea Bezerra de. O Coletivo Mangaio na Lei Aldir Blanc: O que mudou? **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

STELLA, Joelma Cristina Silva Moreira. Memória coletiva - um relato sobre a aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 94, n. 2, 2021. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2021/11/BoletimV94N02Nov2021.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

TEIXEIRA, Nísio *et al.* Covid-19 impact on the music sector in Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil). **Frontiers in Sociology**, v. 6, e643344, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.643344>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsoc.2021.643344/full>. Acesso em: 13 mar. 2023.